

16/03/2018 17:04 - Prontuários eletrônicos irão melhorar marcação de consultas no SUS



O ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu hoje (16) a importância da implantação dos prontuários eletrônicos no SUS (Sistema Único de Saúde) e disse que o atraso para que os sistemas comecem a funcionar se deve a problemas licitatórios. Segundo ele, com a digitalização, cada cidadão poderá ter todas as suas informações de saúde no próprio celular, agendar consultas ou confirmar presença e ainda avaliar cada serviço que recebe.

"Pelo menos 20% das pessoas que têm consulta agendada no SUS não comparecem. Com esse sistema podemos chamar para cobrir uma consulta de alguém que desiste na véspera. Por meio do prontuário eletrônico será possível também que o médico tenha acesso a todo o tratamento, exames, medicamentos.

Isso garantirá mais qualidade no atendimento e uma economia de R\$ 20 bilhões por ano para o sistema", disse o ministro após participar da abertura do Seminário Novas Tecnologias em Saúde.

Barros explicou ainda que o atraso para implantar os prontuários eletrônicos ocorre em razão de uma licitação que está suspensa pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "O lobby para evitar a informatização é muito grande porque todos os que vivem de desvios do SUS por desinformação vão perder. Muita gente fatura hoje por esse descontrole. Mas todas as outras licitações estão feitas, o cadastramento das empresas e as provas de conceito também. Logo os municípios poderão escolher as empresas que farão a implantação do sistema", afirmou.

Febre amarela

O ministro destacou também que já foi atingida mais da metade da meta de vacinação da febre amarela nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. No decorrer da campanha, até o dia 13 de março, 17,8 milhões de pessoas foram imunizadas nesses três estados, o que corresponde 78,6% do público-alvo. Foram vacinadas 8,8 milhões de pessoas em São Paulo (94,9%), 6,9 milhões no Rio de Janeiro (68,5%) e 1,8 milhão na Bahia (54,3%)

"Queremos acreditar que os estados manterão a campanha de vacinação até atingir uma cobertura razoável na faixa de 90%. Esta é a recomendação do ministério, mas é decisão de cada secretaria estadual manter a campanha".

Fonte: Redação Notícias RO